



POR QUE NÃO EU? DESAFIOS NA FORMAÇÃO E NO ACESSO DAS MULHERES EM ÁREAS DE TRABALHO CONSIDERADAS "MASCULINAS"¹

 <https://orcid.org/0009-0009-3877-6924>  [Danielle Fernanda Morais Pavan](#)²

 <https://orcid.org/0009-0005-3581-587X>  [Renata Rosa Franco](#)³

Resumo: O presente texto tem por objetivo compartilhar a experiência do desenvolvimento de um projeto de extensão, intitulado “Por que não eu?”, que consistiu na produção de um curta-metragem documental que abordou a discussão sobre “trabalho e gênero” utilizando o cinema como dispositivo pedagógico. Trata-se de um projeto que articula, de maneira inovadora a pesquisa, a extensão e o ensino a partir do trabalho técnico-administrativo. Sua idealização e fundamentação configura-se como desdobramento de uma pesquisa que buscou investigar a ocupação dos cargos de gestão na educação científica, profissional e tecnológica e em dados que demonstram a segmentação por gênero nos cursos técnicos e superiores e no mundo do trabalho. Apesar das dificuldades burocráticas e sanitárias decorrentes da pandemia Covid-19, que nos atravessou no meio da produção, a distribuição do filme tem demonstrado que esta é uma ferramenta potente para a reflexão em diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: educação; trabalho; gênero; cinema.

INTRODUÇÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é elemento fundamental na constituição e no desenvolvimento das atividades das universidades⁴ e um objetivo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)⁵. O trabalho técnico-administrativo muitas vezes é visto como meio para a realização dessas atividades, nesse sentido: o projeto “Por que não eu?” é uma experiência exitosa de efetiva articulação entre pesquisa, extensão, ensino e o trabalho técnico-administrativo.

Muito se poderia falar sobre as diferentes combinações entre esses importantes elementos da constituição das Instituições Federais de Ensino (IFES), bem como sobre as possibilidades do trabalho técnico-administrativo para além dos trâmites burocráticos mas, para fins deste texto, deter-nos-emos em apresentar um exemplo de aplicação da pesquisa em ciências sociais no desenvolvimento de um produto cultural

¹Projeto de Extensão contemplado no edital 003/2019/PROEX/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Contato: danicsri@gmail.com.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Contato: rrosaf2010@gmail.com.

⁴ Art. 207 da Constituição da República Brasileira preconiza: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

⁵ A Lei de criação dos Institutos Federais, em seu art. 70, inciso IV, postula dentre os objetivos dos IFs o de: “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. (BRASIL, 2008)

voltado para extensão, proposto por servidoras técnico-administrativas e produzido em colaboração com estudantes e egressas.

“Por que não eu?” é um projeto de extensão fundamentado nas pesquisas e da literatura que informa, denuncia e teoriza as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. O projeto consistiu na produção de um filme documental com o objetivo de trazer à discussão a trajetória educacional e laboral de mulheres que, em alguma medida, conseguiram romper com expectativas profissionais de gênero. Ao mesmo tempo propõe o uso do filme como instrumento pedagógico que possibilita nos diversos espaços sociais de educação a reflexão das bases históricas e culturais das desigualdades de gênero e raça no Brasil.

O referido projeto de extensão proposto via edital⁶ do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), foi idealizado por servidoras técnico-administrativas⁷ e produzido coletivamente por estudantes do curso de Cinema e Audiovisual do Câmpus Cidade de Goiás⁸ do IFG e contou com a participação de uma egressa do curso de Turismo e Hospitalidade do Câmpus Goiânia do IFG⁹ contou com a colaboração de pessoas externas ao IFG na figuração¹⁰, na produção e finalização do filme¹¹.

2 METODOLOGIA

O trabalho enquanto técnicas-administrativas em educação possibilitou que as proponentes do projeto, Danielle Moraes (técnica em assuntos educacionais) e Renata Franco (publicitária), observassem e se sensibilizassem com as desigualdades de gênero na ocupação das vagas dos cursos técnicos e superiores. Entretanto, o projeto não é só fruto da experiência no trabalho em educação, mas trata-se de um desdobramento das pesquisas desenvolvidas pelas autoras no âmbito de seus processos formativos *latu e strictu sensu*, tanto na escolha da temática quanto na escolha do formato do projeto.

O projeto constituiu-se em duas etapas, uma primeira de construção teórica e revisão da literatura sobre educação, trabalho e gênero, bem como, sobre o uso de filmes como dispositivo pedagógico. Uma segunda etapa que envolveu a feitura de um curta-metragem documental que abordasse os pontos levantados na pesquisa

⁶ Edital 003/PROEX/2019

⁷ Autoras do texto.

⁸ Júlia Cândido, Lakshimi Hardy, Lara Damiane e Nara Lopes.

⁹ Cristiane Mancini.

¹⁰ Cristina Rosa e Denise Braga.

¹¹ Raphael Gustavo e Patrícia Silva.

bibliográfica, com o intuito de usar o filme posteriormente como dispositivo pedagógico de discussão e reflexão em sala de aula e outros ambientes formativos.

As bases teórico-metodológicas e os dados que inspiraram a proposição do projeto como um meio de intervenção na realidade, advém de diferentes pesquisas que abordam trabalho e gênero e as desigualdades de gênero na ocupação das carreiras e dos cargos de gestão da educação profissional e tecnológica (MORAIS, 2017; OTTE, 2008).

De acordo com Morais (2017), se por um lado as mulheres são minoria nos cargos de gestão com maior gratificação e prestígio institucional, por outro, as trabalhadoras que ascendem aos cargos de direção estão entre as pessoas mais qualificadas da instituição. Tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos demonstraram a dificuldade que se configura para as mulheres acessarem os patamares mais altos da hierarquia institucional, em contraste com uma maior facilidade masculina de ingressarem e se manterem na gestão.

Morais (2017) constata que as trajetórias das mulheres trabalhadoras da educação científica, profissional e tecnológica é marcada pela presença do chamado “labirinto de cristal” (LIMA, 2008). A metáfora do labirinto diz respeito às dificuldades que as mulheres enfrentam no decorrer de suas trajetórias profissionais, mas que são invisibilizadas por uma aparência de igualdade nas relações de gênero no campo profissional.

Segundo o IBGE, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), com referência a 2019¹², a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de 54,5 % enquanto a masculina é de 73,7%. A dedicação ao trabalho doméstico pelas mulheres trabalhadoras gira em torno de 18 horas por semana enquanto a dos homens é de 10 horas semanais. A mesma fonte de dados demonstra que o rendimento das mulheres ocupadas representa 77,7% do rendimento masculino. A educação superior ainda se restringe a poucos brasileiros e brasileiras. Os dados nos dão conta que 19,4% das mulheres possuem esse nível de escolaridade completo. Entre os homens a proporção é menor, girando em torno de 15%. Embora as mulheres concluam em maior proporção cursos superiores, observa-se uma inserção desigual entre homens e mulheres a depender da área do conhecimento.

¹² Dados disponíveis em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>

Os dados da PNAD (2019) indicam que a proporção de mulheres na área da Educação¹³ é de 70,4%; nas ciências sociais e do comportamento, a proporção de mulheres é de 75%; nas áreas ligadas ao “Bem-Estar” a proporção chega aos 90%, na área de Línguas a proporção é de 72,8%. Por outro lado, a proporção de mulheres concluintes nos cursos presenciais na área “Engenharia e correlatos” é de 24% dos estudantes; nos cursos da área de “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, as mulheres representam 14,1% dos concluintes. No agrupamento “Arquitetura e Construção”, a participação feminina é de 37,1%.

Diversos estudos constataam que a desigualdade de gênero expressa na divisão sexual do trabalho está diretamente ligada à inserção de homens e mulheres nos campos dos saberes, formação e qualificação profissional. Um exemplo é a área das ciências exatas, segundo Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999), o incremento da participação feminina nas engenharias se dá em áreas específicas, geralmente em áreas com menor prestígio e remuneração. Betina Lima (2013) destaca que as desigualdades de gênero nas ciências exatas se dão horizontal e verticalmente, ou seja, tanto no ingresso na carreira (vertical), quanto das trajetórias das pesquisadoras (horizontal) que, em razão de estarem presentes em menor número nas carreiras, acabam sofrendo violência de gênero.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (2019), embora as mulheres representem 47% do total de estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ou seja, praticamente a metade, elas ainda são minoria em alguns cursos. Nos bacharelados de tecnologia, elas representam 36% das matrículas e nos cursos técnicos, 46% das matrículas. Já nos cursos de Licenciaturas, há certo equilíbrio na proporção de estudantes matriculados por gênero: 50%. Os dados da Rede Federal demonstram a permanência dos chamados “Guetos Ocupacionais” nos cursos superiores, principalmente nos bacharelados e cursos tecnológicos.

No entanto, é preciso destacar que ao analisarmos os quotidianos das instituições de ensino, encontramos não somente práticas de reprodução sociocultural, mas também de emancipação e transformação da realidade. São locais sociais contraditórios, marcados por luta e acomodação e, dessa forma, no âmbito da nossa argumentação, acreditamos ser fundamental o desenvolvimento de projetos que apresentem diferentes possibilidades de formações acadêmicas para as estudantes da rede pública de educação.

¹³ A nomenclatura das áreas está de acordo com a da PNAD (2019), tabela 25.

A partir dessas reflexões, surgiu a proposta de realização de um filme documentário para abordar a intersecção entre educação, trabalho e gênero, por compreendermos a adoção do cinema como possibilidade formativa concreta, promovendo, desse modo, uma forma de experiência subjetiva, experiência viva capaz de fazer o fruidor imergir na obra para, enfim, desvelar sua verdade, a realidade sócio-histórica incorporada em sua produção (FRANCO, 2012)

Sendo assim, o documentário “Por que não eu?” foi concebido, pensando a produção audiovisual como dispositivo pedagógico no sentido que lhe é imputado por Carlinda Leite e Natércia Pacheco (2008), como

um ponto de amplificação, um meio de produzir conhecimento [...] e, em simultâneo, enquanto recurso pedagógico, um meio de dar voz e valorizar as especificidades e trocas culturais, num processo de construção/produção de saberes, decorrentes de uma participação efectiva dos diferentes agentes sociais(p.103).

Nesse sentido, o dispositivo pedagógico é entendido para além de simples material didático, mas como peça-chave da interação teoria-prática. A reflexão sobre os percursos, as pesquisas realizadas, os conhecimentos produzidos, as interações geradas, torna o dispositivo pedagógico, nesse caso o filme, instrumento de formação não apenas dos estudantes envolvidos na produção e/ou audiência, mas de todos os envolvidos na investigação da temática, como também a equipe produtora do filme e os professores/promotores das discussões posteriores.

O filme *Por que não eu?* ao apresentar mulheres falando sobre seus contextos de formação e trabalho, provoca o diálogo entre escola/instituições de ensino e comunidade. Trata-se, como afirmam Leite e Pacheco (2008), de uma abordagem da complexidade que desarma as reflexões que se dão em torno de conceitos, de intenções, de ações e de efeitos previstos e não previstos. Dessa maneira, acreditamos que, como dispositivo pedagógico, constitui instrumento de formação na prática provocando reflexões e questões, valorizando não apenas os conteúdos, mas, principalmente, os processos, criando pontes entre a teoria e a prática.

Sendo assim, o registro e a documentação da complexidade das desigualdades, na forma de pesquisas, teses, dissertações e, no caso desse projeto, de filme, são elementos fundamentais para o conhecimento do problema, a tomada de consciência da situação da mulher no Brasil e a elaboração de políticas públicas. As pesquisas demonstram que as desigualdades perpassam e se constituem pelos processos formativos da educação formal e informal, ou seja, são reproduzidos dentro

dos muros da escola, bem como pelos mecanismos da cultura em geral, como o cinema. Nesse sentido, entendemos que a/o trabalhadora(or) da educação tem a possibilidade de ser mero agente reprodutor das desigualdades ou, a partir dos marcos legais, políticas públicas, políticas de ensino, pesquisa e extensão e de formação continuada, criar meios de contribuir para a reflexão e transformação da realidade.

3 RESULTADOS

O objetivo de produzir um curta-metragem documental foi alcançado, visibilizando a história de vida e carreira das seguintes mulheres: Juliana Chaves de Mendonça (à época estudante de Ginecologia e Obstetrícia da PUC-GO), Valesca Almeida (engenheira eletricista formada pela UFG), Maria José Carvalho David (médica neurocirurgiã) e Uyara Ferreira Silva (docente e mestra em Engenharia da Computação do IFG), mulheres que se destacaram em meios ainda muito masculinizados e, na medida do possível, fizemos o recorte de raça. Acredita-se que o vídeo traz histórias inspiradoras e que pode servir, principalmente às meninas, para pensarem em cursos, profissões e carreiras que muitas vezes nem são apresentadas como possibilidade para mulheres e/ou jovens pobres.

A etapa de pré-produção (pesquisa, argumento e roteiro) foi concluída na data prevista (início de 2019). A segunda etapa (produção) ficou paralisada devido às restrições impostas pela pandemia. As filmagens foram encerradas apenas no final de 2020, quando foi possível o encontro presencial com as entrevistadas, tomando todos os cuidados sanitários necessários para sua efetivação. A produção do curta-metragem contou com a participação de alunas do curso de Cinema do IFG Câmpus Cidade de Goiás, alunas egressas, profissionais que trabalham com cinema e desenvolvem projetos sociais na periferia de Goiânia e pessoas da comunidade.

Devido às complicações sanitárias oriundas da COVID-19, a etapa de pós-produção (montagem e edição final) foi realizada em 2021. No final deste ano foi realizado o lançamento do filme, em uma transmissão ao vivo por meio do canal de Extensão do IFG¹⁴. Na ocasião as entrevistadas puderam se reencontrar com suas falas e fazer considerações sobre suas (auto)reflexões decorrentes do filme. Cabe destacar que esse evento online de lançamento já foi acessado por mais de 600 pessoas, ainda disponível para futuros acessos.

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=TuoTDXFe9CM&t=1463>

Em 2022, o filme começou a circular em festivais e ser levado à discussão em núcleos de pesquisa e salas de aula. Desde então o filme já circulou pelo FICA (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental); Elas Fazem Cinema, festival realizado pelo GECl - Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Cinema da UFG; Mostra ComVivenciar, idealizada pelo Programa de Ação Contínua Comunicação Comunitária (ComCom/UnB), em parceria com a UnBTV; Festival Curta Canedo; Cine debate no 69º Seminário do NEST (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho/UFG); Cine debate na Semana da Mulher 2022: Silenciadas, Nunca Mais! do IFG Câmpus Anápolis; bem como foi objeto de discussão no programa Matutando, uma parceria entre o IFG e a TV UFG; da mesa-redonda “Mulheres e meninas nas Ciências”, no X Seminário Local de Iniciação Científica do IFG Câmpus Goiânia, além de ter sido exibido em diferentes turmas de graduação da Faculdade de Educação e de Ciências Sociais da UFG.

Em todas as ocasiões, a devolutiva sobre o filme e sobre as questões que ele suscita foram muito positivas tanto da parte dos estudantes, do público em geral, quanto na perspectiva dos docentes que utilizaram o filme em sala de aula para problematizar e aprofundar o tema com os alunos. O filme está sendo distribuído, conforme demanda, em eventos e discussões em diversos grupos acadêmicos, culturais, núcleos de pesquisa e faculdades. Diante disso, com o intuito de disponibilizá-lo para o maior número possível de professores e estudantes, pretende-se cadastrá-lo na plataforma Curta na Escola¹⁵, que dará uma visibilidade nacional a esta ação de extensão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocorre que cada vez mais há uma busca por possibilidades pedagógicas que revigorem o processo de ensino-aprendizagem. Educadores apontam que o uso de filmes em sala de aula é um recurso bastante rico e, ao mesmo tempo, discute-se como a escola pode e deve introduzir a leitura das diferentes mídias em seu contexto, considerando que o acesso a diferentes fontes favorece o desenvolvimento do educando. Ações de extensão permitem a elaboração de iniciativas que muitas vezes são difíceis de serem previstas dentro do currículo regular.

¹⁵ Trata-se de um projeto aberto a professores de todo o Brasil, de forma totalmente gratuita, e tem por objetivo constituir uma Comunidade Nacional de Aprendizagem em torno da construção colaborativa de conteúdos relacionados ao uso dos curtas-metragens disponíveis no canal. Nesta plataforma os professores cadastrados compartilham suas vivências em torno da utilização dos curtas em sala de aula, comentando os filmes e enviando sua experiência educacional por meio de relatos que formam o Banco de Relatos aberto para consulta.

O projeto apresentado configurou-se na aplicação da pesquisa acadêmica na produção cultural fomentada e desenvolvida no campo da Extensão. O projeto e seus resultados contribuíram com o aprofundamento intelectual da atuação das servidoras técnico-administrativas em educação, valorizando seus saberes e suas experiências, de forma a extrapolar a simples execução de tarefas burocráticas e possibilitar que esses sujeitos pensem, critiquem e repensem suas relações e seus espaços de trabalho.

Em sua distribuição, o projeto dialoga com a educação básica e superior, sobretudo na formação de professores. Para além dos espaços formais de educação, o projeto constitui-se como um importante meio de comunicação das ciências sociais para com a sociedade. O projeto realizado apresenta muitas perguntas, busca algumas respostas e soluções, mas, sobretudo, contesta as possibilidades na forma das perguntas “Por que não eu?” e por que não o cinema?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: Mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, n. 1x, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/11950/11217>

FRANCO, Renata Rosa. **O cinema como (im)possibilidade formativa: uma discussão a partir da perspectiva de Adorno**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. 2012. 100p.

LEITE, Carlinda; PACHECO, Natércia. **Os dispositivos pedagógicos na educação inter/multicultural**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 14, n. 27, p. 102-111, jan. - jun./2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19264/2/85712.pdf>. Acesso em 12-10-2022.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências** 2008. UNB.f. 133. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de

Brasília, Brasília, 2008.

_____. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013.

MORAIS, D. F. **Perfis, trajetórias e relações de gênero na gestão da educação científica, tecnológica e profissional de Goiás**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8262>. Acesso em: 10-10-2022.

OTTE, Janete. **Trajetória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes: um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica**, 2008. Universidade de Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2146/1/2008_JaneteOtte.pdf